



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeleção Escrita

Face à generalização das compras via internet registada nos últimos anos em Macau, muitas lojas e indivíduos oferecem serviços de compra online directa ou através de agentes. A sociedade tem estado atenta, nomeadamente à segurança dos géneros alimentícios adquiridos via internet. Esta modalidade facilita a vida da população, mas as informações disponíveis não são claras e as condições higieno-sanitárias do transporte dos géneros alimentícios são más, portanto, é difícil imputar responsabilidades quando a aquisição é ao exterior e online, isto é, quando surgem problemas, é difícil proceder ao devido rastreio e imputar as respectivas responsabilidades.

O Centro de Segurança Alimentar implementou o “Plano de registo para o sector alimentar”, cujos destinatários são as lojas online que produzem géneros alimentícios, os agentes intermediários que disponibilizam serviços de apoio à aquisição de géneros alimentícios, e ainda as lojas de takeaway. No entanto, o referido plano é de natureza voluntária e não vinculativa. Segundo algumas informações, existem em Macau cerca de 290 lojas online de géneros alimentícios, 194 efectuaram voluntariamente o seu registo, e 131 foram aprovadas<sup>1</sup>. Na próxima etapa, o Governo vai, através da Lei de segurança alimentar, exigir o registo obrigatório dos operadores e a prestação da devida colaboração ao pessoal do Governo nas vistorias “in loco” à situação de produção e armazenamento dos géneros alimentícios, e no caso de incumprimento, os operadores serão punidos com crime de desobediência<sup>2</sup>. Quanto aos serviços prestados pelas lojas online que não têm lojas físicas, e

---

<sup>1</sup> Diário de Macau, 9 de Fevereiro de 2017, página A03: Notícias de Macau.

<sup>2</sup> MASTV, 28 de Novembro de 2016.



( Tradução )

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

aos serviços de aquisição ao exterior por intermediário, o Governo não vai conseguir, com toda a certeza, proceder à sua fiscalização eficaz.

Face ao exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo afirmou que ia exigir o registo obrigatório dos operadores. Quando é que esta medida vai ser concretizada? De que medidas dispõe o Governo para reforçar a segurança dos géneros alimentícios adquiridos via internet, nomeadamente quanto à divulgação de informações e às inspeções e análises periódicas?
2. O Governo deve criar mecanismos sancionatórios, para penalizar e multar as lojas online de géneros alimentícios que violem a lei. Vai fazê-lo?
3. De que medidas estratégicas dispõe o Governo para resolver o problema da segurança alimentar das compras através de intermediário? O Governo vai rever a respectiva legislação e reforçar a fiscalização?

10 de Fevereiro de 2017

A Deputada à Assembleia Legislativa  
da Região Administrativa Especial de Macau,

Chan Hong